



Relatório e Contas 2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere
Morada	Rua Professor José Augusto Martins Rangel, n.º 17
Código postal	3250-186
Localidade	Alvaiázere

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500919925
Classificação de atividade económica (CAE)	94995
Conservatória	Alvaiázere
Fundo social	0

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2017	4
1. Projeto – Lar Residencial (24 utentes) e Centro Apoio Ocupacional (CAO) (30 utentes)	4
2. Continuação das Obras para beneficiação do edifício sede.....	6
3. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3G – Execução Física	6
4. CLDS 3G – Execução Financeira.....	8
5. Jóia e Quotas	8
6. Jantar de Angariação de Fundos	8
7. Festival das Sopas	8
ÍNDICE DO ANEXO	16

INTRODUÇÃO

A Direção da Associação da Casa do Povo de Alvaiázere vem apresentar o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2017.

O ano de 2017 ficou marcado pela continuação das obras do projeto CAO e Lar Residencial na área da deficiência, bem como pela dinamização de diversas atividades com o objetivo de angariar fundos para a mesma.

A Direção da Casa do Povo de Alvaiázere aproveita esta altura de balanço para agradecer a todas as entidades (coletivas e individuais) o apoio que manifestaram em relação a esta associação durante o último ano, esperando poder continuar a beneficiar do mesmo, até porque é deveras gratificante e necessário.

CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2017

1. Projeto – Lar Residencial (24 utentes) e Centro Apoio Ocupacional (CAO) (30 utentes)

No que diz respeito à empreitada, cumpre-nos informar que a mesma encontra-se a decorrer conforme o estipulado sendo que o prazo da obra está atrasado cerca de 1 mês.

Autos da Empreitada

	Data	Valor
Auto nº 1	dez-16	1.497,66 €
Auto nº 2	fev-17	20.652,60 €
Auto nº 3	mar-17	82.530,22 €
Auto nº 4	abr-17	81.727,46 €
Auto nº 5	mai-17	50.553,36 €
Auto nº 6	jun-17	20.917,80 €
Auto nº 7	jul-17	20.655,90 €
Auto nº 8	ago-17	13.451,22 €
Auto nº 9	set-17	49.529,80 €
Auto nº 10	out-17	16.435,91 €
Auto nº 11	nov-17	18.306,45 €
Auto nº 12	dez-17	6.498,72 €
Auto nº 13	jan-18	17.424,00 €

Os autos apresentados encontram-se devidamente aprovados, pela empresa de fiscalização, D-Solution e Direção da Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, no valor total de **400.181,10€**.

Assim, encontra-se por faturar **949.818,90€**.

O Instituto da Segurança Social, procedeu a reembolsos no valor de **266.172,48€**. (até ao mês de setembro de 2017 - PR 9).

1.1. Pagamentos ao Empreiteiro

	Valor Faturado	Pagamento Efetuado	Pagamento Em Falta
Fatura – dez. 16	1.842,12 €	1.842,12 €	
Fatura – fev. 17	25.402,70 €	25.402,70 €	
Fatura – mar. 17	101.512,17 €	101.512,17 €	
Fatura – abr. 17	100.524,78 €	100.524,78 €	
Fatura - maio 17	62.180,63 €	62.180,63 €	
Fatura – jun. 17	25.728,89 €	25.728,89 €	
Fatura – Jul. 17	25.406,76 €	25.406,76 €	
Fatura – ago. 17	16.545,00 €	16.545,00 €	
Fatura – set. 17	60.921,65 €	60.921,65 €	
Fatura – out. 17	20.216,17 €	20.216,17 €	
Fatura – nov. 17	22.516,93 €	19.000,90 €	3.516,03 €
Fatura – dez. 17	7.993,43 €		7.993,43 €
Total	470.791,23 €	459.281,77 €	11.509,46€

Nota:

Relativamente aos pagamentos à Odraude, Lda. a Associação da Casa do Povo de Alvaiázere encontra-se com pagamentos em falta no valor de **32.940,98 € (parte da fatura de novembro, fatura de dezembro e a fatura de janeiro no valor de 21.431,52€)**. Mais informamos, que encontram-se ainda por liquidar o montante referente aos trabalhos a mais no valor de 220.388,94€ (com IVA incluído).

2. Edifício sede da ACPA

O edifício Sede da Associação dispõe de 11 salas. A associação tem atualmente 7 salas arrendadas a empresas locais, 1 sala disponível para arrendar e 3 salas onde decorre o projeto CLDS 3G.

Sala 1	CLDS 3G
Sala 2	CLDS 3G
Sala 3	CLDS 3G
Sala 4	Marília Carvalho
Sala 5	Semiessence (finaliza a 31 de janeiro de 2018)
Sala 6	Simões & Ramos, Lda
Sala 7	Natália Moreira
Sala 8	Funerária Maçanense
Sala 9	Ema Nunes
Sala 10	Alexander Korteland- Dutchy's
Sala 11	Para arrendar

3. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3G – Execução Física

O CLDS 3G esteve em funcionamento no decorrer do ano de 2017, com a implementação do seu plano de ação.

O Plano de ação do CLDS 3G abrange três eixos de intervenção: Eixo1 - Emprego, Formação e Qualificação; Eixo 2 - Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil; e Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições.

No âmbito do Eixo 1: Emprego, formação e qualificação, foram realizadas 18 ações previstas, envolvendo um total de 235 pessoas novas, que nunca tinham estado em outras ações.

Homens	Mulheres	Total
70	165	235

O Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil, teve o desenvolvimento de 17 ações previstas, com um total de 292 pessoas, sendo a maioria crianças e famílias.

Homens	Mulheres	Total
77	215	292

Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições envolveu nas suas ações 52 pessoas.

Homens	Mulheres	Total
13	39	52

Em 2017 os beneficiários envolvidos no projeto pela primeira vez tiveram a seguinte distribuição.

Situação face ao emprego:

SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO			TOTAL		
			Homens	Mulheres	Total
Empregados			28	142	170
Desempregados	À procura de novo emprego	< 12 meses	2	11	13
		> 12 meses	10	27	37
À procura de 1º emprego			5	6	11
Outros			95	148	243
TOTAL			140	334	474

- **Distribuição por Grupo Etário**

GRUPO ETÁRIO	TOTAL		
	Homens	Mulheres	Total
<15	39	46	85
15-19	28	35	63
20-24	2	13	15
25-34	13	45	58
35-44	12	56	68
45-49	7	25	32
50-54	4	28	32
55-64	5	33	38
>64	30	53	83
TOTAL	140	334	474

- **Distribuição por Habilitações Literárias**

Habilitações Literárias		TOTAL		
		Homens	Mulheres	Total
Ensino Básico	< 4 anos de escolaridade	37	62	99
	1.º ciclo - (4º ano)	19	38	57
	2.º ciclo - (6º ano)	13	31	44
	3.º ciclo - (9º ano)	39	87	126
Ensino Secundário		20	54	74
Ensino Superior		12	62	74
TOTAL		140	334	474

No total o CLDS 3G tem em plano de ação 41 atividades, que se encontram em execução, tendo o seu término previsto para 30/09/2018.

Os recursos humanos afetos ao projeto são 3 técnicos a tempo completo - uma coordenadora, uma técnica de gestão e uma educadora social e uma técnica a tempo parcial – psicóloga.

Nota: A coordenadora e uma das técnicas afetas ao projeto a tempo completo, vão entrar em licença de maternidade no ano de 2018, tendo de ser substituídas, obrigatoriamente, por indicação da Segurança Social. A coordenação será assumida pela técnica Catarina Alves, que conhece o projeto e se encontra desde o início, ficando o Eixo 1 e 3 a cargo de Vanessa Silveiro, Licenciada em Ciências da Educação e o Eixo 2 a cargo de Ana Sofia Ferreira, Licenciada em Serviço Social, ambas do Concelho de Alvaiázere.

4. CLDS 3G – Execução Financeira

No ano de 2017 o projeto CLDS 3G executou um valor de 85.794,54€, distribuído por 3 rubricas, como demonstra quadro seguinte:

Despesa 2017

Ano 2017 – Distribuição despesas por rubrica	
1. Encargos com o pessoal	64.350,60€
2. Encargos diretos com a aquisição de bens e serviços	18.853,61€
3. Encargos Gerais	5.589,83€
Total	85.794,54€

Pedidos de reembolso

	Valor Despesas	Pedidos Reembolso		Falta pedir
		2016	2017	
2015	16702,22€	16702,22€	0	0
2016	86722,97 €		86722,97€	0
2017	85877,54€		72706,17€	13171,37€
	189302,73	16702,22€	159429,14€	13171,37€

5. Jóia e Quotas

A direção manteve a Campanha de angariação de sócios com isenção de jóia de inscrição até à próxima Assembleia Geral de 2018.

6. Jantar de Angariação de Fundos

A Associação da Casa do Povo de Alvaiázere realizou no dia 21 de outubro, no Pavilhão Municipal de Alvaiázere um jantar solidário, com o objetivo de angariar fundos para apoiar a construção da obra do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na área da deficiência.

No jantar estiveram presentes cerca de 530 pessoas, onde puderam ouvir a apresentação do projeto do CAO e Lar Residencial. O evento contou com a colaboração do Município de Alvaiázere, através da cedência do espaço e de todo o material, tendo o jantar sido confeccionado e servido pelos alunos do Pólo de Alvaiázere da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, de forma gratuita. No total foram angariados **4.846,09€** na iniciativa.

7. Festival das Sopas

A Associação da Casa do Povo de Alvaiázere realizou no dia 3 de Dezembro, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere, o 1.º Festival da Sopa para assinalar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. O evento contou com a colaboração de diversas Associações do Concelho, que contribuíram com a realização de uma sopa, bem como com a ajuda de amigos da ACPA que realizaram, voluntariamente, algumas sopas, diversificando a oferta existente.

O Festival foi abrilhantado com o generoso contributo do Grupo de Concertinas de Dornes, que gratuitamente animaram o certame.

A iniciativa teve uma grande adesão da comunidade, enchendo o espaço, com algumas pessoas em fila de espera para degustarem as várias sopas e as sobremesas existentes.

Os lucros obtidos na realização deste evento reverteram para a construção do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial na Área da Deficiência, num total de **2.054,40€**.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere
Morada	Rua Professor José Augusto Martins Rangel, n.º 17
Código postal	3250-186
Localidade	Alvaiázere

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500919925
Classificação de atividade económica (CAE)	94995
Conservatória	
Fundo social	0

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de diretivo da entidade Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, por remissão com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Ex mos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser cumpridos:

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	43.730	29.306	14.424	49,22%
Gastos com o pessoal	66.850	66.878	-28	-0,04%
Gastos de depreciação e de amortização	6.927	7.806	-879	-11,26%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	1.210	1.212	-2	-0,20%
Gastos e perdas de financiamento	5.076	5.144	-68	-1,32%
TOTAL	123.793	110.347	13.446	12,19%

Valores previstos em Orçamento para 2017

Custos e Perdas		
Conta	Descrição	Valores Previstos 2017
62	Fornecimentos e serviços externos	157.505,22 €
63	Gastos com pessoal	
64	Gastos de depreciação e de amortização	47.442,60 €
68	Outros gastos e perdas	0
69	Gastos e perdas de financiamento	11.500,00 €
	Total	216.447,82 €

Nota: A grande diferença do valor previsto em orçamento para o que efetivamente se concretizou diz respeito a amortizações e custos do CAO lar residencial que estava previsto já estar terminado e a sua abertura para o ano de 2017.

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	512	6.958	-6.446	-92,64%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	188.186	71.406	116.780	163,54%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	13.412	12.173	1.239	10,18%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	7.084	822	6.263	762,11%
TOTAL	209.194	91.359	117.835	128,98%

Valores previstos em orçamento para 2017

Proveitos e ganhos			
Conta	Descrição	Valores 2018	Previstos
71	Vendas		
72	Prestações de Serviços		1.500,00 €
75	Subsídios, doações e legados à exploração		207.479,30 €
78	Outros rendimentos e ganhos		14.000,00 €
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		0
	Total Proveitos		222.979,30 €

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	97.404	-6.038	103.442	1713,29%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	90.477	-13.843	104.321	753,57%
Resultado financeiro	-5.076	-5.144	68	1,32%
Resultado antes de impostos	85.401	-18.988	104.389	549,77%
Imposto sobre o rendimento do período	2.672	0	2.672	100,00%
Resultado líquido do período	82.729	-18.988	101.717	535,70%

O Resultado Líquido elevado, apenas se justifica pela exigência por parte da Segurança Social no que respeita à contabilização do programa CLDS 3G. A Segurança Social exige que os proveitos sejam lançados pelos pedidos de reembolsos (estando ou não pagos no ano). Em 2017 foram feitos pedidos de reembolsos no valor de 159.429,14€, quando as despesas do ano 2017 do CLDS 3G foram de 85877,54. As restantes despesas a que se referem os reembolsos correspondem às do ano 2016, no valor 86.722,97€.

Caso não houvesse essa exigência por parte da Segurança Social o proveito a imputar ao CLDS3G já não seria de 159.429,14€ mas sim de 85.877,54€ e seria apresentado um prejuízo de 3.148,54€.

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Fundos	0	0	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	3.994	25.350	-21.356	-84,24%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	48.459	50.183	-1.723	-3,43%
Resultado líquido do período	82.729	-18.988	101.717	535,70%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	5,00	3,62
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	1,44	1,70
Solvabilidade	Fundo de capital / Passivo total	0,20	0,28
Solvabilidade total	Ativo total / Passivo total	1,44	1,70
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,14	0,16

4.2. No que respeita à análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

Associação da Casa do Povo de Alvaiázere

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	0,16	0,64
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	0,16	0,64

Os rácios apresentados justificam-se com os pagamentos da obra - CAO e Lar Residencial

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respetivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do fundo de capital, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a entidade e a direcção.

Não existem negócios deste tipo entre a entidade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da entidade.

A entidade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o resultado líquido do exercício seja concretizado em resultados transitados, em reservas legais até aos limites mínimos exigidos e o remanescente valor em outras reservas.

10. Agradecimentos

A direcção aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Alvaiázere, 27 de julho de 2018

Órgão Diretivo

SANDRA PAULA JESUS SIMÕES

ANEXO

2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere
Morada	Rua Professor José Augusto Martins Rangel, n.º 17
Código postal	3250-186
Localidade	Alvaiázere

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500919925
Classificação de atividade económica (CAE)	94995
Conservatória	
Capital social	0

ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	17
2)	Nota 2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	17
3)	Nota 3 - Principais políticas contábilísticas.....	18
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	27
5)	Nota 5 - Clientes.....	27
6)	Nota 6 - Fornecedores	27
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos.....	28
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos.....	28
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos.....	28
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis	29
11)	Nota 11 – Associados e Membros	Erro! Marcador não definido.
12)	Nota 12 - Resultados transitados.....	29
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos	30
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal.....	31
15)	Nota 15 - Provisões.....	31
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas	31
17)	Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados.....	31
18)	Nota 18 - Outros Rendimentos	32
19)	Nota 19 - Resultados financeiros	32
20)	Nota 20 - Eventos subsequentes.....	32
21)	Nota 21 – Entidades relacionadas	32
22)	Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais	32

Associação da Casa do Povo de Alvaiázere

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Associação da Casa do Povo de Alvaiázere tem a sua sede em Alvaiázere, com o número de identificação fiscal (NIF) 500919925, com o CAE n.º 94995. A Associação tem como atividade principal OUTRAS ACTIVIDADE ASSOCIATIVAS, N.E..

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Associação da Casa do Povo de Alvaiázere são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar

como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”. No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Associação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Associação, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Associação tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Associação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

Associação encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Associação procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Associação, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Associação espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica “Reserva de justo valor” até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no fundo patrimonial, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.13. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Associação reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-17	31-dez-16
Caixa	44	24
Depósitos à ordem	44.472	73.874
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	44.516	73.898

5) Nota 5 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2017 e 2016 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31-dez-17	31-dez-16
Clientes c/c	-	-
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	-

6) Nota 6 - Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2017 e 2016 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-17	31-dez-16
Fornecedores conta corrente	485.908	15.051
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	485.908	15.051
Adiantamentos a fornecedores	-	-

Dividas a Fornecedores - 2017	
Fornecedor	Divida
Doticon, Lda.	184,50
Odraude, Lda.	481.388,04
Estudio02, Lda.	4.335,00
TOTAL	485.907,54

Os pagamentos à empresa Odraude, Lda. são efetuados aquando das transferências da Segurança Social referentes à candidatura, o que foram ainda muito poucos, apesar de os pedidos de serem feitos pela Associação atempadamente.

7) Nota 7 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo da rubrica “financiamentos obtidos” está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-17		31-dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	161.760	-	87.000
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	6.538	-	89.290

Empréstimos Bancários - 2017				
	Saldo Inicial	Amortização	Utilização	Saldo Final
BIC - Obras Edifício Sede	37.000,00	12.000,00		25.000,00
BIC - Obras CAO/LR	50.000,00		86.760,00	136.760,00

8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-17	31-dez-16
Ativo	63.442	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	2.977	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	60.465	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(4.562)	(1.892)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(2.672)	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(465)	(480)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(1.389)	(1.377)
Outros impostos e taxas	(36)	(36)
TOTAL	58.880	(1.892)

Foi pedido o reembolso de 50% (máximo legal) de IVA das faturas referentes à Obra. O pedido foi feito em Fevereiro de 2018.

9) Nota 9 - Inventário e ativos biológicos

Não se aplica

10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2017.

0

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em	Movimento	Abates		Saldo em
	1-jan-17	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31-dez-17
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	462.792	-	-	-	462.792
Equipamento básico	5.268	-	-	-	5.268
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.129	-	-	-	5.129
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	4.960	-	-	-	4.960
Investimentos em curso	626.729	-	-	-	626.729
Total do ativo bruto	1.104.878	-	-	-	1.104.878
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	197.505	5.527	-	-	203.032
Equipamento básico	5.127	140	-	-	5.267
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2.389	639	-	-	3.028
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	1.537	620	-	-	2.157
Total de depreciações acumuladas	206.558	6.926	-	-	213.484
Total do ativo líquido	1.311.436	6.926	-	-	891.394

11) Nota 12 - Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

12) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-17	31-dez-16
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	38.013	21.110
Trabalhos especializados	31.330	17.059
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	118	120
Honorários	4.180	3.660
Comissões	-	-
Conservação e reparação	2.386	271
Outros	-	-
Materiais	1.843	5.187
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	132	865
Artigos para oferta	-	5
Outros	1.711	4.317
Energia e fluidos	1.165	(31)
Eletricidade	1.165	(777)
Combustíveis	-	-
Água	-	747
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	2.709	3.040
Rendas e alugueres	710	47
Comunicação	1.117	1.010
Seguros	336	337
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	-	56
Limpeza, higiene e conforto	298	266
Outros serviços	247	1.324
TOTAL	43.730	29.306

Nota: O valor mais considerável está registado em trabalhos especializados e dizem respeito a despesas com a fiscalização da obra e projetos

13) Nota 14 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

GASTOS COM O PESSOAL	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	55.031	54.519
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	11.196	11.046
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	623	837
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	477
TOTAL	66.850	66.878

14) Nota 15 - Provisões

Não se aplica

15) Nota 16 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica “outros gastos e perdas” considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

0

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16
Impostos	1.210	1.198
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	14
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	-
TOTAL	1.210	1.212

16) Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados

A decomposição de 2017 e 2016 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31-dez-17	31-dez-16
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	-	5.642
TOTAL	-	5.642

17) Nota 18 - Outros Rendimentos

Os outros rendimentos discriminam-se como:

0

OUTROS RENDIMENTOS	31-dez-17	31-dez-16
Quotas de Associados	512	1.316
Subsídios	188.186	71.406
Rendas	13.412	12.173
Outros Rendimentos	7.084	822
TOTAL	209.194	85.716

18) Nota 19 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2017 e 2016:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	5.076	5.144
Juros suportados	4.488	3.076
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	588	2.068
Resultados financeiros	(5.076)	(5.144)

19) Nota 20 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

20) Nota 21 – Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.

21) Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.